

Ministério da Educação

Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior

Diretoria de Avaliação

29.arq@capes.gov.br

Documento de Área

ARQUITETURA, URBANISMO & DESIGN

Coordenador(a) da Área: Ricardo Triska

Coordenador Adjunto de Programas Acadêmicos: Wilson Ribeiro dos Santos Junior

Coordenadora Adjunta de Programas Profissionais: Maria Cecilia Loschiavo dos Santos

2016

Ministério da Educação

Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior

Diretoria de Avaliação

29.arqu@capes.gov.br

Sumário

Ministério da Educação

Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior

Diretoria de Avaliação

29.arqu@capes.gov.br

DOCUMENTO DE ÁREA 2016

I. CONSIDERAÇÕES GERAIS SOBRE O ESTÁGIO ATUAL DA ÁREA

A área Arquitetura, Urbanismo e Design, integrada no sistema Capes à grande área de Ciências Sociais Aplicadas, envolve campos de conhecimento que transitam no âmbito da arte, ciência e tecnologia. Essa amplitude permite múltiplas possibilidades de inserção, entre teoria e prática, com destaque para projeto, planejamento, gestão, inovação e avaliação, relacionadas ao ambiente construído e natural, objetos, produtos e serviços, como contribuição para o bem estar da população e para a satisfação de suas necessidades materiais, sociais e culturais.

Suas duas subáreas – 1) Arquitetura e Urbanismo e 2) Design – possuem interfaces e especificidades que, pela amplitude de atuação e abordagem, exigem uma interação entre elas e um permanente diálogo com outras áreas de conhecimento, o que confere à área Arquitetura, Urbanismo e Design a condição de interdisciplinar. A criação, a preservação e o desenvolvimento de artefatos, tecnologias, sistemas, serviços e ações sobre objetos, espaço e ambiente são de grande importância para a área. Abrange também diferentes escalas, dimensões e complexidades, estendendo-se às esferas pública e privada.

A capacitação acadêmica na pós-graduação stricto sensu está voltada para a formação de professores e pesquisadores e para uma maior qualificação de profissionais voltados para a administração pública, para a indústria de produtos e serviços. As produções científica, cultural, tecnológica e técnica, inerente a este processo, guarda uma forte relação entre teoria e prática nos processos de criação e reflexão crítica, essência da sua natureza.

Os princípios gerais que norteiam o ensino e a pesquisa em pós-graduação na área Arquitetura, Urbanismo e Design são: 1. Interdisciplinaridade e transversalidade na abordagem dos temas tratados, buscando superar os limites da visão disciplinar e setorial; 2. Articulação entre teoria e prática para a compreensão da realidade contemporânea; 3. Apropriação das dimensões tempo e espaço e suas diferentes escalas; 4. Entendimento do projeto como elemento articulador de pesquisas, e seus desdobramentos nos estudos teórico-críticos; 5. Entendimento da cidade como um bem público, de construção coletiva, visto da perspectiva do pleno direito à cidade e da redistribuição social das mais-valias urbanas; 6. Contextualização do estudo teórico – histórico e analítico – para a formulação de projetos que se desdobrem em solução para os problemas contemporâneos; 7. Inovação nos processos de desenvolvimento de novos produtos, no que tange às referências metodológicas, tecnológicas, de materiais

Ministério da Educação

Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior

Diretoria de Avaliação

29.arqu@capes.gov.br

e de produção; 8. Associação dos princípios de sustentabilidade às questões inerentes à Área, em suas múltiplas dimensões; 9. Utilização dos recursos tecnológicos, informacionais, estéticos e de comunicação de modo a contribuir para o avanço do conhecimento e suas relações com o processo de inovação; 10. Associação com o conceito de empreendedorismo como catalizador de parcerias em projetos.

No contexto do Sistema Nacional de Pós-Graduação, a Área Arquitetura, Urbanismo e Design que tem origem a partir dos anos de 1970, apresenta crescente evolução, evidenciando seu importante papel nos cenários nacional e internacional.

EVOLUÇÃO E ESTÁGIO ATUAL

A Área de Arquitetura, Urbanismo e Design une duas subáreas com percursos distintos em termos de histórico de formação e implantação de programas e cursos de pós-graduação no país.

No contexto brasileiro, a Área de Arquitetura, Urbanismo e Design tem apresentado uma evolução importante, com repercussão internacional.

Os primeiros cursos de graduação em Arquitetura e Urbanismo no Brasil datam do início do século XX, com importante participação na construção do patrimônio edificado e urbanístico, nos processos de industrialização e reorganização do território nacional. A Pós-Graduação stricto sensu em Arquitetura e Urbanismo no Brasil inicia-se após a reforma universitária ocorrida em 1968 que criou condições para que as instituições universitárias articulassem ensino e pesquisa. Apesar de em 1962 ter sido criado um curso de Mestrado na área, em paralelo à criação da Universidade de Brasília, o seu encerramento sumário em 1965, com o início do governo militar, acabou interrompendo uma trajetória de pesquisas que poderia contribuir para o desenvolvimento do Brasil em plena e crescente urbanização.

Em 1971, foi criado o curso de pós-graduação da Escola de Engenharia de São Carlos e, em 1972, o da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, ambos da Universidade de São Paulo (USP). Na década de 1980, foram criados mais dois programas na Universidade Federal da Bahia (UFBA) e na Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). Na década de 1990 outros seis programas foram instalados, abrangendo estas e outras regiões do país. A expansão da Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo nas décadas de 1980 e 1990 deveu-se, em grande parte – a exemplo de outras áreas – às políticas públicas e agências de fomento para aperfeiçoamento no exterior envolvendo mestrados e doutorados. Desde então, a contribuição da pós-graduação em Arquitetura e Urbanismo para a produção do conhecimento e enfrentamento dos problemas nacionais tem se destacado em diversos temas, dentre os quais: projeto,

Ministério da Educação

Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior

Diretoria de Avaliação

29.arqu@capes.gov.br

planejamento urbano, patrimônio material e imaterial, avaliação de edificações e da produção do espaço, política urbana e habitacional, arquitetura e urbanismo bioclimáticos, eficiência energética, conforto ambiental, paisagem e ambiente natural, mobilidade e acessibilidade, infraestrutura urbana e qualidade do espaço público, entre outros.

Na última década o número de programas mais do que dobrou. Em 1999 eram 10, em 2009 eram 20 programas acadêmicos e dois mestrados profissionais. Em 2012, o número de Programas de Arquitetura e Urbanismo era de 28, com 15 doutorados, 25 cursos de mestrado acadêmico, e 03 mestrados profissionais.

Quanto ao Design, o Brasil é pioneiro na América Latina no ensino de graduação e também na pós-graduação. A ESDI, Escola Superior de Desenho Industrial da UERJ, iniciou o primeiro curso superior em Design da América Latina em 1962.

Em termos de Pós-Graduação *stricto sensu*, o Design é uma área recente não só no Brasil, mas também no mundo. Em 1994, teve início o curso de Mestrado em Design da Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC-Rio), a qual também foi a primeira instituição a oferecer o curso de Doutorado em Design. Apesar de ser uma área recente na pós-graduação, o Design vive um momento de grande crescimento no Brasil. Ao final de 2012, a Área contava com 15 Programas em Design, que mantinham 05 doutorados, 13 cursos de mestrado acadêmico e 02 mestrados profissionais. Atualmente a sub-área Design abriga 23 programas sendo 6 com mestrado acadêmico (exclusivamente), 10 com mestrado acadêmico e doutorado e 7 com mestrado profissional.

Tabela 01: Distribuição dos programas e cursos por modalidade (Fonte: Plataforma Sucupira)

ARQUITETURA, URBANISMO & DESIGN	Total	ME	DO	MP	ME/ DO	Total Cursos	ME	DO	MP
AU	41	17	0	8	16	57	33	16	8
D	23	6	0	7	10	33	16	10	7
Totais	64	23	0	15	26	90	49	26	15

Na última década, a Arquitetura, Urbanismo e Design vivenciou uma intensa expansão. Atualmente a Área possui 49 mestrados acadêmicos, 26 Doutorados e 15 Mestrados profissionais, num conjunto de 90 cursos - *stricto sensu*, distribuídos nas regiões sul, sudeste, nordeste, norte e centro-oeste.

Ministério da Educação

Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior

Diretoria de Avaliação

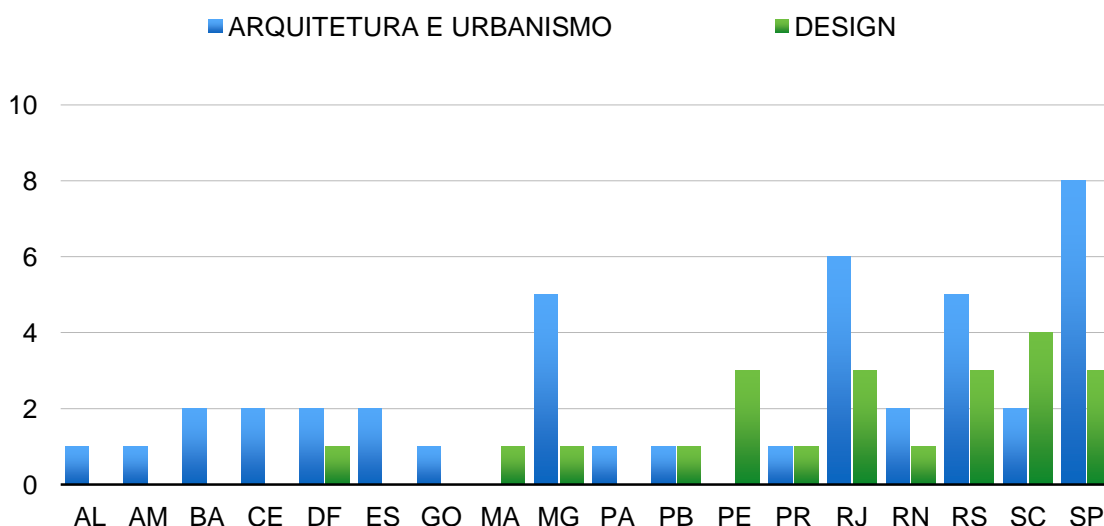
29.arqu@capes.gov.br

Em 2011, a Área contava com 743 docentes, para 2.691 discentes numa relação discente/docente de 3,62 (no triênio anterior era 2,72). Considerando os dados disponibilizados na Plataforma Sucupira até 2015, a Área hoje congrega 3.033 Docentes que respondem por 11.628 discentes (contando ME/MP/DO) que representa uma relação discente/docente de 3,83, mantendo-se num patamar equivalente ao verificado no último certame de avaliação.

Ao longo dos últimos anos, um dos principais desafios para a Área foi expandir a oferta de oportunidades de qualificação de pessoas, a partir da instalação de novos programas no país, atendendo às demandas regionais, particularmente àquelas originadas no interior do país. Este processo demanda a integração e a colaboração entre os programas da Área, bem como a proposição de novas soluções e uma intensa interlocução acadêmica em nível nacional e internacional.

Contudo, a instalação de novos programas em áreas distantes do eixo sul / sudeste depende da capacidade de atração e fixação de competências nas regiões onde ainda não tenha programa *strictu sensu* instalado. Neste sentido, a Área está preparada para o diálogo com intuito de estimular iniciativas que visem a equiparar o horizonte de oportunidades a todos os cidadãos, de maneira isonômica, resgatando uma das facetas que caracterizam o papel social da pós-graduação. A distribuição dos programas por subárea e por estado está representada no gráfico 01.

Gráfico 01: Distribuição dos programas por subárea por unidade da federação.



Ministério da Educação

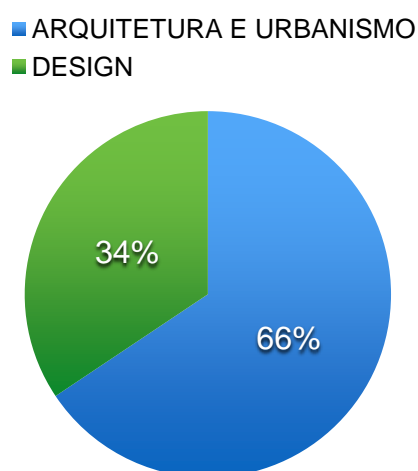
Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior

Diretoria de Avaliação

29.arqu@capes.gov.br

Outro aspecto importante é a distribuição dos programas por subáreas, a saber: 1) arquitetura e urbanismo e 2) design. Observou-se um aumento da participação dos programas em Design no coletivo da Área, tanto considerando programas novos, como, e em especial, novos cursos de Doutorado. A distribuição proporcional entre os programas das duas sub-áreas pode ser observado no Gráfico 02.

Gráfico 02: Distribuição proporcional dos programas por sub-área.



Uma discussão recorrente na Área, sempre presente nos seminários de acompanhamento, trata da especificidade das suas ações. Em se tratando dos programas de pós-graduação, historicamente, projeto, tecnologia e história têm figurado de maneira não homogênea na declaração de campo de interesse, com especial prevalência do campo de história na identificação de áreas de concentração ou linhas de pesquisa. Assumindo como importante uma interlocução mais estreita com as demandas da sociedade contemporânea, projeto (tema fundamental nas duas subáreas) e tecnologia foram objetos de destaque nas interlocuções da Coordenação da Área, incentivando que compusesse, naturalmente, as ações de investigação promovidas pelos programas, uma vez que as novas demandas direcionarão os investimentos (de tempo e de recursos) no processo de qualificação acadêmica e profissional. Como resultado, espera-se que se estabeleçam parcerias com outras Áreas como novas alternativas de investigação nesses campos de atuação, estabelecendo um ciclo virtuoso de renovação do conhecimento e das alternativas de sua aplicação.

Ministério da Educação

Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior

Diretoria de Avaliação

29.arqu@capes.gov.br

Considerando o cenário de promoção de articulação com outras Áreas e com as demandas sobre perfis profissionais, um dos principais desafios vencidos pela Área foi a expansão do Mestrado Profissional, que se constitui em importante alternativa de atração daqueles que estão inseridos em setores não acadêmicos e que necessitam de uma atualização em seus referenciais teórico-práticos, oferecendo assim novas oportunidades de qualificação na Área.

Neste sentido, é importante que os seguintes aspectos estejam contemplados nas discussões que definem as competências e as responsabilidades da Área, tanto quando se tratar de programas já instalados, quanto, e talvez com mais ênfase, quando se tratar de programas novos:

- adequação das linhas de pesquisa às temáticas contemporâneas e aos avanços tecnológicos,
- incentivo à inter e transdisciplinaridade, necessárias para a renovação das práticas e processos de investigação científica;
- criação de novos programas de pós-graduação no país, atendendo as demandas regionais.
- incentivo à formação de programas de mestrado profissional, ampliando as possibilidades de qualificação teórico-prático de profissionais não inseridos no segmento acadêmico;
- ampliação da relação com cursos de Graduação e a Educação Básica, de forma a contribuir para a formação de novos talentos e da cidadania;
- proposição de novos meios para uma melhor inserção social da pós-graduação, promovendo um maior diálogo entre teoria e prática, como instrumento de aproximação entre os distintos campos de conhecimento e a sociedade;
- promoção da pesquisa aplicada como alternativa de proposição direta junto às demandas dos segmentos público e privado.

Em se tratando de programas novos, foi observado que quando o Corpo Docente constante na proposta é composto majoritariamente por docentes já atuantes em outro programa, o desenvolvimento deste novo programa, quando recomendado, é excessivamente lento por sua produção intelectual sofrer interferência direta da confusão decorrente dos múltiplos vínculos do Corpo Docente. Assim, é importante que

Ministério da Educação

Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior

Diretoria de Avaliação

29.arqu@capes.gov.br

se renove a orientação de que na proposta de APCN, a composição do Corpo Docente apresente um máximo de 30% de docentes já atuantes em outro programa strictu sensu, em qualquer que seja a Área de vínculo do programa.

INTERDISCIPLINARIDADE

A produção científica da Área de Arquitetura, Urbanismo e Design ao privilegiar as relações com a teoria e prática estimula e desenvolve atividades de pesquisa avançada, cujas abordagens são multi e interdisciplinares. Pode-se afirmar que sua natureza é multidisciplinar se considerados os aspectos formais de conhecimento específico dos temas tratados. Contudo, em função do processo constante de evolução que a academia experimenta e pelas parcerias inauguradas com novas áreas do conhecimento, que exigiram novos métodos e procedimentos, o conceito de interdisciplinaridade passou a ser considerado como intrínseco à Área.

Entendendo a interdisciplinaridade como um conceito articulador das diversas visões das diferentes disciplinas em prol da resolução de problemas gerais ou específicos pertinentes à Área, caminhar rumo à interdisciplinaridade implica reconhecer avanços obtidos com a organização disciplinar, mas também apontar suas limitações. A interdisciplinaridade estabelece um diálogo entre vários campos disciplinares, integrando-os para a compreensão do real em sua complexidade, ao possibilitar relações de complementaridade, convergências e trânsito de saberes. Mitiga os impactos da estanqueidade e compartimentalização próprios da organização disciplinar, mas não os elimina. A interdisciplinaridade visa capacitar o profissional ao exercício de estudos técnicos e científicos inovadores que busquem a convergência, articulando conhecimentos divergentes, entretanto, complementares.

Por fim, a interdisciplinaridade para a Área vem sendo exercitada em decorrência das sucessivas descobertas e re-arranjos dos meios de produção e da nova estruturação do conhecimento, que tem permitido às áreas do conhecimento experimentar alterações importantes ditadas pela renovação da plataforma tecnológica aplicada na construção das soluções dos seus problemas específicos. Estas soluções replicam em outras alterações na sociedade civil em função de novas oportunidades que geram outras tantas demandas e, assim, o ciclo se perpetua. Portanto, a interdisciplinaridade é uma condição própria ao fazer ciência e deve ser reconhecida como determinante aos propósitos de contribuir com a renovação de oportunidades, em se tratando de qualificação de pessoas.

Ministério da Educação

Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior

Diretoria de Avaliação

29.arqu@capes.gov.br

ENSINO FUNDAMENTAL E MÉDIO

A Arquitetura e Urbanismo e Design, como Área de Avaliação do Sistema Nacional de Pós-Graduação no âmbito da CAPES entende ser possível estender suas ações para que possa promover uma interação com as questões particulares dos ensinos Fundamental e Médio, na medida em que temas como ambiente construído, promoção e uso adequados de espaços, sustentabilidade, cidadania, segurança e conforto, juntamente com identidade corporativa, comunicação visual, linguagem / instrumentos de interação vierem a apresentar novas alternativas de promoção do uso e aplicação dos recursos disponíveis. Contudo, há que se diferenciar as categorias de interesse, sendo destacadas pelo menos três: a escola, o professor e o aluno. Ao tratar a escola, questões como edificação, instalações e relações territoriais devem pautar as ações. Ao tratar do professor, o seu repertório de recursos e sua capacitação devem, por seu turno, definir um outro elenco de ações, assim como quando se tratar do aluno. O importante, neste momento, é o estabelecimento de um marco onde a Educação Básica é resgatada e tratada considerando todas as suas facetas e não balizada apenas por questões associadas às práticas pedagógicas.

Por fim, o fortalecimento e a atuação integrada da Área, em diversos níveis – da educação básica à prática profissional e acadêmica, deve contribuir com ações que promovam a renovação permanente do conhecimento e das práticas, na sua necessária interação com a sociedade e o ambiente.

II. CONSIDERAÇÕES GERAIS SOBRE A AVALIAÇÃO QUADRIENAL 2017

O processo de avaliação dos Programas da Área Arquitetura, Urbanismo e Design tem como princípio a transparência dos critérios e o equilíbrio dos indicadores, considerando os aspectos quantitativos e qualitativos.

De um modo geral, a Ficha de Avaliação tem o papel de indicar os parâmetros gerais que irão avaliar o desenvolvimento da área Arquitetura, Urbanismo e Design, segundo suas especificidades e considerando as orientações gerais do Conselho Técnico Científico da Educação Superior – CTC-ES / CAPES.

Os Quesitos da Ficha de Avaliação são: 1 – Proposta do Programa; 2 - Corpo Docente; 3 – Corpo Discente, Teses e Dissertações; 4 – Produção Intelectual; e 5 – Inserção Social. Cada quesito tem uma série de itens de avaliação, no qual cada um recebe conceitos: Muito Bom, Bom, Regular, Fraco e Insuficiente

Ministério da Educação

Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior

Diretoria de Avaliação

29.arqu@capes.gov.br

O Mestrado Profissional possui uma ficha específica, devido às especificidades distintas que devem ser consideradas na avaliação, seguindo as orientações do CTC-ES / CAPES.

CONSIDERAÇÕES SOBRE A FICHA DE AVALIAÇÃO PARA O MESTRADO (ACADÊMICO) E O DOUTORADO

O Quesito 1 - Proposta do Programa - é considerado fundamental no processo de avaliação. Deve demonstrar com clareza a definição dos objetivos do Programa, a coerência entre áreas de concentração, as linhas de pesquisa, os projetos de pesquisa e a proposta curricular, evidenciando o progresso e o aprimoramento no quadriênio, em coerência com o seu percurso anterior. É fundamental a explicitação do planejamento e a definição de metas e diretrizes do Programa, destacando principalmente a inserção geográfica; a articulação em redes nacionais e internacionais; outras ações de internacionalização, produção de conhecimento com ênfase na formação continuada dos docentes e alunos em pesquisas e em projetos de extensão. Recomenda-se clareza quanto aos procedimentos internos de acompanhamento e auto-avaliação do Programa; o acompanhamento de egressos dos últimos quatro anos; a declaração dos critérios de credenciamento e descredenciamento do corpo docente permanente e colaborador.

A infraestrutura de ensino e pesquisa deve ser adequada e suficiente para o desenvolvimento das atividades previstas, no que se refere às instalações físicas, laboratórios, facilidades experimentais e biblioteca; infraestrutura e acesso a equipamentos de informática atualizados, à rede mundial de computadores e a fontes de informação multimídia para os docentes e discentes; infraestrutura de secretaria e apoio administrativo, indicando inclusive o comprometimento e apoio da IES.

Em sendo avaliado como REGULAR, o programa receberá no máximo nota 4.

O Quesito 2 - Corpo Docente – representa 20% da avaliação e envolve aspectos relativos ao perfil, desempenho e envolvimento do docente permanente dos programas de pós-graduação. Conforme legislação vigente, o corpo docente de um Programa pode ser constituído por docentes permanentes, colaboradores e visitantes. A atuação em até três diferentes programas é permitida no limite máximo de 30% do Núcleo Docente Permanente (NDP).

É recomendado que o NDP de programas da Área Arquitetura, Urbanismo e Design seja composto de no mínimo 10 professores. No entanto, esta limitação deverá considerar condições excepcionais, como aspectos regionais e ações de indução da área, com base em orientações expressas pela Capes. O percentual admitido de

Ministério da Educação

Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior

Diretoria de Avaliação

29.arqu@capes.gov.br

número de professores colaboradores é de no máximo 30% em relação ao total de docentes do Programa.

Todos os docentes devem possuir título de doutor e atuarem em áreas relacionadas com as áreas de concentração e linhas de pesquisa propostas pelo Programa. É recomendável que a formação dos docentes seja diversificada, devendo-se evitar a endogenia de formação. Tratando-se de uma Área que se caracteriza pela interdisciplinaridade, a formação do corpo docente em áreas do conhecimento diferentes da Arquitetura, Urbanismo e Design é saudável, desde que a sua atuação seja reconhecida como coerente com as áreas de concentração e linhas de pesquisas do Programa. Devem ser valorizados os indicadores de atualização da formação, de intercâmbio com outras instituições, projeção nacional e internacional, participação em comissões especiais, premiações e outras atividades consideradas relevantes na Área.

As atividades de ensino, pesquisa e orientação devem ser distribuídas de modo equilibrado entre os docentes permanentes. O Programa pode atribuir orientação aos Docentes Colaboradores, porém não contará para efeitos de computo de produção docente. Ainda que não seja computada a produção dos colaboradores, a Área estará atenta às alterações de credenciamento docente ao longo do período de avaliação. Entende-se por distribuição equilibrada a participação de todos ou quase todos os professores permanentes nestas três atividades. Como atenuantes deverão ser considerados os casos de cargos de gestão, afastamento para formação, afastamentos acadêmicos, etc.

A adequação da atuação do corpo docente é mensurada a partir da distribuição do número de orientandos por docente, sendo o limite ideal estabelecido pela área de 10 (dez). Deverão ser considerados atenuantes nesta relação os Programas que estão implementando ações de nucleação e de solidariedade (Minter, Dinter e Associações Temporárias) e participação em Programas de Mestrado Profissional

O Quesito 3 - Corpo Discente, Teses e Dissertações - possui grande importância na medida em que seu peso é de 30% em relação aos demais quesitos.

A qualidade das teses e dissertações é mensurada a partir da aderência às linhas de pesquisa do programa e da repercussão em forma de produção bibliográfica, em premiações e distinções. Neste quesito deve ser também considerada a proporção de discentes e egressos autores; a participação de autores discentes da pós-graduação e da graduação (bolsistas do Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica - PIBIC e do Programa Institucional de Bolsas de Iniciação em Desenvolvimento Tecnológico -PIBIT) em coautorias; e a aderência da produção discente às pesquisas declaradas pelo Programa. As publicações conjuntas entre discente e docente devem

Ministério da Educação

Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior

Diretoria de Avaliação

29.arqu@capes.gov.br

seguir as recomendações do Relatório de Comissão de Integridade de Pesquisa do CNPq, de 07/10/2011, que estabelece que a autoria se configura somente às pessoas que prestaram contribuição significativa ao trabalho.

É recomendável que a composição das bancas, sobretudo as bancas de conclusão, no que diz respeito aos seus membros externos, promova uma renovação nas cooperações institucionais.

A Área de Arquitetura, Urbanismo e Design entende que o prazo ideal para a finalização do curso de Mestrado é de 24 meses, e para curso de Doutorado 48 meses.

É importante que todos os discentes envolvam-se com o ensino de graduação por meio de estágios obrigatórios e /ou voluntários e /outras atividades acadêmicas programadas, de forma a complementar a formação para a docência.

O Quesito 4 - Produção Intelectual - mantém-se com o maior peso em relação aos demais (40%). As publicações qualificadas do Programa por docente permanente e respectiva distribuição em relação ao corpo docente permanente serão determinantes para a composição do conceito do quesito.

A Área optou por alterações nos respectivos pesos dos itens que compõem o Quesito 4, mantendo as proporções indicadas pelo CTC-ES/CAPES. A seguinte composição de publicações qualificadas deverá ser considerada na avaliação: 50% da produção de artigos em periódicos qualificados (correspondendo à 22,5% do item); 30% em livros e capítulos de livros (13,5%); e 20% de artigos completos publicados em anais de eventos qualificados (9%).

Quanto à distribuição de publicações qualificadas em relação ao corpo docente permanente, o percentual de 30% foi mantido. Para a avaliação deste item os seguintes indicadores devem ser considerados: percentual da produção bibliográfica realizada pelos docentes permanentes; relação entre as médias de produção dos docentes permanentes e do conjunto do corpo docente; percentual de docentes permanentes com produção bibliográfica em relação ao total dos docentes permanentes.

Dado às especificidades da Área Arquitetura, Urbanismo e Design, a Produção Técnica é considerada também estratégica tanto quanto à Produção Artística, conforme expectativa da Área. Contudo, a análise criteriosa do item Produção Técnica deverá evoluir no próximo quadriênio evitando distorções em relação à natureza das produções dos pesquisadores da Área e preservando o devido valor de modo a contribuir com as especificidades e ações inovadoras dos programas.

Ministério da Educação

Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior

Diretoria de Avaliação

29.arqu@capes.gov.br

Para o Quesito 5 – Inserção Social – com peso de 10%, em relação aos demais, os seguintes aspectos devem ser considerados, com base em informações qualitativas e quantitativas fornecidas pelo programa: a) Educacional – ações de nucleação com a formação de docentes, inclusive para cursos de graduação e de especialização lato sensu, cursos de mestrado e doutorado interinstitucional, destinados a IES localizadas em regiões prioritárias do país para a Área e para a Capes; associações e outras modalidades de parcerias com IES não consolidadas; participação em programas de melhoria de ensino de educação básica; social - ações que contribuem para a formação de recursos humanos qualificados para a docência, para a administração pública, para a sociedade civil e para a inovação tecnológica; c) Integração e acordos de cooperação acadêmica nacional e internacionais ativos e diversificados, trabalhos de pesquisa em rede; d) Tecnológico/econômico – contribuição para o desenvolvimento micro- regional, regional ou nacional destacando avanços produtivos gerados, entrevistas, matérias em jornais, conselhos tutelares e deliberativos; disseminação de técnicas e conhecimentos inovadores; e) Visibilidade ou transparência atuação, f) Editorial, com a produção e divulgação de periódico científico no âmbito do programa.

CONSIDERAÇÕES SOBRE A FICHA DE AVALIAÇÃO PARA O MESTRADO PROFISSIONAL

A ficha de avaliação do Mestrado Profissional conserva a mesma estrutura da ficha do Mestrado Acadêmico e/ou Doutorado, com ênfase nas considerações específicas para essa modalidade, a saber:

Na avaliação do Mestrado Profissional, a área de concentração e linhas de pesquisa devem indicar a articulação das dimensões teóricas e práticas, valorizando a dimensão prática do profissional que se espera formar.

Admite-se a participação de profissionais e técnicos no Corpo Docente, que deve ser justificada considerando, sobretudo, sua atuação e significativa experiência e qualificação profissional, altamente reconhecida, na área de concentração e linhas de pesquisa e aderência à proposta do Programa. A participação de um professor em curso de mestrado na modalidade profissional oferecida pelo mesmo programa ou na mesma IES não se configura como dupla participação.

A produção técnica dos docentes permanentes é determinante para a avaliação de um Mestrado Profissional. A produção científica e a produção técnica devem representar o histórico dos Docentes nas linhas de pesquisa indicadas, favorecendo o entendimento de identidade e pertinência com a área de concentração do curso. Em se tratando de Mestrado Profissional, a experiência em projetos/ações com inserção no mercado (setores não acadêmicos) é recomendável.

Ministério da Educação

Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior

Diretoria de Avaliação

29.arqu@capes.gov.br

CRITÉRIOS PARA ATRIBUIÇÃO DE NOTAS NA AVALIAÇÃO

Para a atribuição da nota final de um curso, conforme indica o CTC-ES, devem ser observadas as seguintes diretrizes: a) Conforme orientação do CTC-ES, o programa de pós-graduação com conceito Insuficiente no quesito 1 não poderá alcançar nota final igual ou superior a 3 e será descredenciado, e ppg com conceito Fraco no quesito 1 poderá, no máximo, alcançar nota final 3.b) o menor conceito obtido pelo programa nos quesitos 3 e 4, considerados centrais na avaliação, definirá o limite máximo da nota final a ser atribuída, observadas as exceções previstas na regulamentação; c) para obter nota final 5, o programa deverá obter “Muito Bom” em pelo menos 4 dos 5 quesitos existentes, entre os quais terão que figurar, necessariamente, os Quesitos 3 e 4. Programas com nota 5 nessa primeira fase da avaliação são então considerados para atribuição de notas 6 ou 7 (ou permanência com a nota 5), de acordo com o especificado no campo IV deste documento (Considerações e definições sobre internacionalização/inserção inserção internacional).

III. FICHAS DE AVALIAÇÃO PARA O QUADRIÊNIO 2013-2016

MESTRADOS ACADEMICO E DOUTORADOS

Quesitos/Itens	Peso	Descrições e Comentários sobre os Quesitos/Itens
1 – PROPOSTA DO PROGRAMA		
1.1. Coerência, consistência, abrangência e atualização das áreas de concentração, linhas de pesquisa, projetos em andamento e proposta curricular.	50%	<p>Clareza na definição dos objetivos do Programa;</p> <p>Articulação entre as áreas de concentração, linhas de pesquisa, projetos de pesquisa e proposta curricular;</p> <p>Participação equilibrada dos docentes nas Linhas de Pesquisa do Programa;</p> <p>Participação de docentes e discentes (graduação e pós-graduação), em pesquisas financiadas, desenvolvimento de pesquisas conjuntas com outras IES e / ou cooperação nacional e internacional;</p> <p>Disciplinas atualizadas em suas ementas e bibliografias, indicando a consistência dos conteúdos e sua coerência com a proposta do Programa.</p> <p>Regularidade na oferta de disciplinas no quadriênio, estrutura curricular flexível;</p> <p>Diversidade das atividades de formação - disciplinas, estágios em pesquisa, estágio docente, seminários, publicações e outras atividades;</p> <p>Flexibilidade na integralização de créditos.</p>

Ministério da Educação

Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior

Diretoria de Avaliação

29.arqu@capes.gov.br

1.2. Planejamento do programa com vistas a seu desenvolvimento futuro, contemplando os desafios internacionais da área na produção do conhecimento, seus propósitos na melhor formação de seus alunos, suas metas quanto à inserção social mais rica dos seus egressos, conforme os parâmetros da área.	30%	<p>Descrição das metas estabelecidas para o Programa;</p> <p>Adequação das propostas do Programa às necessidades regionais, nacionais e internacionais;</p> <p>Articulação em redes nacionais e internacionais; mediante convênios e participação em editais, parcerias em publicação, mobilidade de alunos e de professores;</p> <p>Acompanhamento das atividades e evolução do Programa com explicitação clara dos procedimentos internos de acompanhamento e auto-avaliação; acompanhamento de egressos nos últimos três anos; declaração dos critérios de credenciamento e descredenciamento do corpo docente;</p> <p>Projetos, convênios e recursos conquistados pelo Programa que viabilizam seu desenvolvimento.</p>
1.3. Infraestrutura para ensino, pesquisa e, se for o caso, extensão.	20%	<p>Infraestrutura disponível para as atividades de ensino, pesquisa, orientação e gestão acadêmica.</p> <p>Existência, adequação e suficiência de: - laboratórios devidamente equipados para os fins declarados pelo programa; - biblioteca com acervo qualificado tanto em termos do número de livros e de periódicos e a qualidade do acesso às informações; assinaturas de bases de dados, ou outras formas de acesso à produção intelectual da área;</p> <p>- recursos de informática disponíveis para discentes e docentes; - recursos para suporte às atividades docentes;</p> <p>Iniciativas do programa no sentido de ampliação e qualificação da infraestrutura instalada no quadriênio</p>
2 – CORPO DOCENTE	20%	
2.1. Perfil do corpo docente, consideradas titulação, diversificação na origem de formação, aprimoramento e experiência, e sua compatibilidade e adequação à Proposta do Programa.	30%	<p>Composição do corpo docente permanente por doutores com formação ou atuação no campo temático do curso / programa;</p> <p>Adequação das áreas de formação acadêmica dos docentes permanentes à Proposta do Programa (AC, LP e PP);</p> <p>Diversificação adequada da formação do corpo docente permanente;</p> <p>Experiência, tempo de titulação; e a projeção nacional e internacional do corpo docente.</p> <p>Atração, no caso de programas com doutorado, de estágios seniores, pós doutorais</p> <p>Participação de docentes permanentes do programa como visitantes em outras instituições públicas, ou privadas;</p> <p>Participação de docentes permanentes do programa como consultores <i>ad hoc</i> em e órgãos de fomento; como pareceristas, corpo editorial e editor de periódicos especializados nacionais e internacionais;</p> <p>Consistência dos critérios de seleção e/ou credenciamento de docentes para as atividades do programa.</p>

Ministério da Educação

Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior

Diretoria de Avaliação

29.arqu@capes.gov.br

<p>2.2. Adequação e dedicação dos docentes permanentes em relação às atividades de pesquisa e de formação do programa</p>	<p>30%</p>	<p>Evolução da equipe de docentes permanentes, identificando eventuais oscilações em sua composição e nível de qualificação. Atentar para mudanças que possam expressar melhoria ou queda da qualidade da equipe, ou falta de respaldo da IES ao programa;</p> <p>Participação adequada de docentes permanentes em tempo integral e com vínculo institucional na IES, conforme Portaria CAPES nº 81/2016. A Área admite o mínimo de 70% do corpo docente permanente com dedicação integral à Instituição e o máximo de 30% do corpo docente permanente atuando em até três programas.</p> <p>Avaliar se a dinâmica do Programa revela dependência da atuação de docentes colaboradores e visitantes. O percentual admitido de número de professores colaboradores é de no máximo 30% em relação ao total de docentes do Programa.</p> <p>Capacidade dos docentes permanentes de captar financiamentos para realização de pesquisa (por agências de fomento nacionais e internacionais).</p>
<p>2.3. Distribuição das atividades de pesquisa e de formação entre os docentes do programa.</p>	<p>30%</p>	<p>Atuação equilibrada do corpo docente permanente nas atividades de ensino, de pesquisa, de orientação, considerando:</p> <ul style="list-style-type: none"> - disciplinas oferecidas no quadriênio por docente do corpo permanente; - orientandos por docente do corpo permanente; - projetos de pesquisa por docentes do corpo permanente; - participação do corpo docente em Grupos de Pesquisa cadastrados no Diretório do CNPq (certificados pela Instituição). - número de docente com bolsa produtividade CNPq ou equivalente.
<p>2.4. Contribuição dos docentes para atividades de ensino e/ou de pesquisa na graduação, com atenção tanto à repercussão que este item pode ter na formação de futuros ingressantes na PG, quanto (conforme a área) na formação de profissionais mais capacitados no plano da graduação. Obs: este item só vale quando o PPG estiver ligado a curso de graduação; se não o estiver, seu peso será redistribuído proporcionalmente entre os demais itens do quesito.</p>	<p>10%</p>	<p>carga horária na graduação;</p> <p>Proporção de docentes do programa com responsabilidade na orientação em iniciação científica (ou equivalente) e trabalho de conclusão de curso.</p>
<p>3 – CORPO DISCENTE, TESES E DISSERTAÇÕES</p>	<p>30%</p>	
<p>3.1. Quantidade de teses e dissertações defendidas no período de avaliação, em relação ao corpo docente permanente e à dimensão do corpo discente.</p>	<p>20%</p>	<p>Proporção de teses e dissertações defendidas por número médio de discentes no período;</p> <p>Proporção de teses e dissertações defendidas por número de docentes do corpo permanente no quadriênio. Obs. Os critérios quantitativos de proporcionalidade deverão ser adequados em relação aos novos docentes permanentes - (aqueles que atuam há menos de 4 anos no programa).</p>

Ministério da Educação

Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior

Diretoria de Avaliação

29.arqu@capes.gov.br

3.2. Distribuição das orientações das teses e dissertações defendidas no período de avaliação, em relação aos docentes do programa.	20%	Proporção entre o número de orientandos e o número de orientadores do programa; distribuição dos orientandos entre os orientadores do programa; Média ponderada de orientações de teses e dissertações defendidas por docentes do corpo permanente. Obs: O indicador quantitativo deverá diferenciar programas que oferecem apenas o mestrado daqueles que oferecem mestrado e doutorado e programas com ações de nucleação e solidariedade em curso (MINTER, DINTER e Associação Temporária).
3.3. Qualidade das Teses e Dissertações e da produção de discentes autores da pós-graduação e da graduação (no caso de IES com curso de graduação na área) na produção científica do programa, aferida por publicações e outros indicadores pertinentes à área.	40%	Proporção de discentes e egressos autores (titulados nos últimos 3 anos) com publicações qualificadas (artigos em periódicos, livros, capítulos de livros e anais de eventos) em relação à dimensão do corpo discente; Produção associada do corpo discente em eventos científicos: trabalhos completos publicados, resumos em anais. Apresentação de trabalhos em eventos científicos qualificados; Aderência de dissertações e teses às linhas de pesquisa do programa: proporção entre dissertações e teses / linhas de pesquisa/docentes / publicações qualificadas; identificação de equilíbrio/desequilíbrio na produção qualificada por linha de pesquisa/dissertações e teses; Os prêmios e distinções conferidos às teses e dissertações e/ou às publicações a elas vinculadas, serão avaliados, contribuindo para a avaliação final do item.
3.4. Eficiência do Programa na formação de mestres e doutores bolsistas: Tempo de formação de mestres e doutores e percentual de bolsistas titulados.	15%	Tempo médio de conclusão de curso, tanto de bolsistas como de não-bolsistas. Os critérios para a avaliação deste item serão diferentes para Programas que oferecem apenas Mestrado e Programas que oferecem o Mestrado e o Doutorado.
3.5. Envolvimento do corpo discente com o ensino da graduação	5%	Estágio de docência. Participação em programa de formação de alunos de graduação ou programas similares.

Ministério da Educação

Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior

Diretoria de Avaliação

29.arqu@capes.gov.br

4 – PRODUÇÃO INTELLECTUAL	40%	
<p>4.1. Publicações qualificadas do Programa por docente permanente.</p>	45%	<p>Proporção de docentes do quadro permanente com produção qualificada no período, segundo modalidade de publicação, (livro, capítulo de livro, artigos em periódicos e anais de eventos científicos);</p> <p>Observação 1: A pontuação média é calculada acumulando-se a pontuação correspondente à produção qualificada total (no quadriênio do programa (evitando-se múltiplas contagens, caso haja múltiplos autores do mesmo programa), dividindo-se pelo número de docentes permanentes em atuação no programa (ajustando-se devidamente, caso haja flutuações no número de docentes permanentes ao longo do quadriênio e dividindo-se por quatro (ajustando-se devidamente o divisor caso o programa tenha sido iniciado no meio do quadriênio).</p> <p>Observação 2: o indicador quantitativo deverá diferenciar programas que oferecem apenas o mestrado daqueles que oferecem mestrado e doutorado.</p>
<p>4.2. Distribuição de publicações qualificadas em relação ao corpo docente permanente do Programa.</p>	30%	<p>Percentual da produção bibliográfica realizada pelos docentes permanentes</p> <p>Percentual de docentes permanentes com produção bibliográfica em relação ao total dos docentes permanentes.</p>
<p>4.3. Produção técnica, patentes e outras produções consideradas relevantes.</p>	20%	<p>Produções técnicas do corpo docente permanente vinculadas às linhas de pesquisa do programa, incluindo i. Serviços técnicos, cursos de curta duração; editoria de periódicos; desenvolvimento de material didático; programas de TV e rádio; documentos elaborados para agências internacionais, instituições nacionais, estaduais e municipais relacionadas com a formulação, implementação e avaliação de políticas, projetos e programas da área, desde que sejam comprovados em suas características de originalidade e inovação;</p> <p>. consultorias e assessorias de interesse público com demonstradas características de inovação e originalidade;</p> <p>. concursos de projetos de arquitetura, urbanismo e design de interesse público que tenham resultado em comprovado reconhecimento de mérito a nível nacional e/ou internacional.</p>

Ministério da Educação

Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior

Diretoria de Avaliação

29.arqu@capes.gov.br

<p>4.4. Produção artística, nas áreas em que tal tipo de produção for pertinente.</p>	<p>5%</p>	<p>Produções artísticas do corpo docente permanente, inclusive produção cultural, vinculados às linhas de pesquisa do programa.</p>
---	-----------	---

Ministério da Educação

Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior

Diretoria de Avaliação

29.arqu@capes.gov.br

5 - INSERÇÃO SOCIAL	10%	
<p>5.1. Inserção e impacto regional e (ou) nacional do programa.</p>	<p>40%</p>	<p>Impacto educacional: Formação de docentes, inclusive para cursos de graduação da área e de especialização; oferta de cursos de mestrado e de doutorado interinstitucional, realizados de acordo com as regras da CAPES e devidamente aprovados, em especial os destinados a IES localizadas em regiões carentes de mestres e doutores; participação em programas de melhoria de ensino; produção de material didático (vídeos, Cds, livros texto, etc) para a graduação na área e promoção de cursos, seminários, palestras direcionados para curso de graduação;</p> <p>Impacto social: formação de recursos humanos qualificados para a administração pública ou a sociedade civil, em instituições de pesquisa e na educação básica; atividades de extensão tais como: promoção de cursos, seminários, palestras, eventos; convênio ativo e/ou acordo de cooperação e/ou prestação de serviço e/ou desenvolvimento de pesquisa entre o programa e o setor público e/ou organização da sociedade civil e/ou atividade de extensão; Assessorias, consultorias e elaboração de projetos para a administração pública e sociedade civil;</p> <p>Participação dos docentes em: comissões científicas de eventos científicos da área; coordenação de organização de eventos científicos da área; organização de livro e publicações em geral; editoria de periódicos científicos qualificados da área; comissões de eventos artísticos da área; coordenação de organização de eventos artísticos da área; editoria de publicações artísticas qualificadas da área.</p> <p>Impacto tecnológico/econômico – ações institucionais que contribuam- para o desenvolvimento local, regional ou nacional destacando os avanços gerados; - entrevistas, matérias em jornais, conselhos tutelares e deliberativos; disseminação de técnicas e conhecimentos; - veiculação e divulgação de periódico científico editado no âmbito do programa.</p>

Ministério da Educação

Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior

Diretoria de Avaliação

29.arqu@capes.gov.br

<p>5.2. Integração e cooperação com outros programas e centros de pesquisa e desenvolvimento profissional relacionados à área de conhecimento do programa, com vistas ao desenvolvimento da pesquisa e da pós-graduação.</p>	<p>40%</p>	<p>Participação em programas de cooperação, intercâmbios sistemáticos em redes nacionais e internacionais; Participação em projetos de cooperação entre programas com níveis de consolidação diferentes, voltados para a inovação na pesquisa ou o desenvolvimento da pós-graduação em regiões ou sub-regiões geográficas prioritárias (atuação de professores visitantes, programas como “casadinho”, PQI, DINTER/MINTER, e similares); Participações do corpo docente em órgãos oficiais (CAPES, CNPq, FAPES, Conselhos Governamentais, etc.); Participações do corpo docente como: Editores de periódicos da área; consultores <i>ad hoc</i> de periódicos internacionais; organizadores, palestrantes, coordenadores de mesa, debatedores, etc. de eventos nacionais e internacionais; representantes de sociedades científicas e de entidades de classe; Publicações conjuntas de docentes do programa com docentes de outras IES ou institutos de pesquisa; Parcerias entre instituições na organização de eventos científicos relevantes para a área; Intercâmbio docente visando atividades de pesquisa (produção ou divulgação, docência ou orientação; Produção e divulgação de periódico científico no âmbito do programa.</p>
<p>5.3. Divulgação e transparência das atividades e da atuação do Programa</p>	<p>20%</p>	<p>- Examinar a divulgação atualizada e sistemática do Programa, poderá ser realizada de diversas formas, com ênfase na manutenção de página na internet. Entre outros itens, será importante a descrição pública de objetivos, estrutura curricular, critérios de seleção de alunos, corpo docente, produção técnica, científica ou artística dos docentes e alunos, financiamentos recebidos da Capes e de outras agências públicas e entidades privadas, parcerias institucionais, difusão do conhecimento relevante e de boas práticas profissionais, entre outros. A procura de candidatos pelo programa pode ser considerada desde que relativizada pelas especificidades regionais e de campo de atuação. - Examinar a divulgação dos trabalhos finais, resguardadas as situações em que o sigilo deve ser preservado (Art. 2º Portaria 13/2006)</p>

Ministério da Educação

Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior

Diretoria de Avaliação

29.arqu@capes.gov.br

MESTRADOS PROFISSIONAIS

Quesitos / Itens	Peso	Definições e Comentários sobre o Quesito/Itens
1 – Proposta do Programa		
1.1 Coerência, consistência, abrangência e atualização da(s) área(s) de concentração, linha(s) de atuação, projetos em andamento, proposta curricular com os objetivos do Programa	40%	- Examinar se o conjunto de atividades e disciplinas, com suas ementas, atende às características do campo profissional, à(s) área(s) de concentração proposta(s), linha(s) de atuação e objetivos definidos pelo Programa em consonância com os objetivos da modalidade Mestrado Profissional.
1.2. Coerência, consistência e abrangência dos mecanismos de interação efetiva com outras instituições, atendendo a demandas sociais, organizacionais ou profissionais.	30%	- Examinar se o conjunto de mecanismos de interação e as atividades previstas junto aos respectivos campos profissionais são efetivos e coerentes para o desenvolvimento desses campos/setores e se estão em consonância com o corpo docente.
1.3. Infraestrutura para ensino, pesquisa e administração.	10%	- Examinar a adequação da infraestrutura para o ensino, a pesquisa, a administração, as condições laboratoriais ou de pesquisa de campo, áreas de informática e a biblioteca disponível para o Programa.
1.4. Planejamento do Programa visando ao atendimento de demandas atuais ou futuras de desenvolvimento nacional, regional ou local, por meio da formação de profissionais capacitados para a solução de problemas e práticas de forma inovadora.	20%	- Examinar as perspectivas do Programa, com vistas a seu desenvolvimento futuro, contemplando os desafios da Área na produção e aplicação do conhecimento, seus propósitos na melhor formação de seus alunos, suas metas quanto à inserção social e profissional mais rica dos seus egressos conforme os parâmetros da Área.
2 – Corpo Docente	20%	
2.1. Perfil do corpo docente, considerando experiência como pesquisador e/ou profissional, titulação e sua adequação à Proposta do Programa.	50%	<p>- Examinar se o Corpo Docente Permanente (DP) é formado por doutores, profissionais e técnicos com experiência em pesquisa aplicada ao desenvolvimento e à inovação (conforme os dispositivos legais que regem o Mestrado Profissional)</p> <p>- Examinar se o Corpo Docente atua em Pesquisa, Desenvolvimento e Inovação (P, D&I) nas áreas de concentração do Mestrado Profissional.</p>

Ministério da Educação

Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior

Diretoria de Avaliação

29.arqu@capes.gov.br

2.2. Adequação da dimensão, composição e dedicação dos docentes permanentes para o desenvolvimento das atividades de pesquisa e formação do Programa.	25%	<ul style="list-style-type: none"> - Examinar a adequada proporção de Docentes Permanentes em relação ao total de docentes para verificar a existência ou não de dependência em relação a docentes colaboradores ou visitantes. - Examinar a participação de docentes em projetos de pesquisa científicos, tecnológicos e de inovação financiados por setores governamentais ou não governamentais. - Examinar a carga horária de dedicação dos docentes permanentes no programa, (conforme os dispositivos legais que regem o Mestrado Profissional)
2.3. Distribuição das atividades de pesquisa, projetos de desenvolvimento e inovação e de formação entre os docentes do Programa.	25%	<ul style="list-style-type: none"> - Examinar a distribuição das atividades de ensino, pesquisa e desenvolvimento e orientação do programa entre os Docentes Permanentes.
3 – Corpo Discente e Trabalho de Conclusão	30%	
3.1. Quantidade de trabalhos de conclusão (MP) aprovados no período e sua distribuição em relação ao corpo discente titulado e ao corpo docente do programa.	30%	<ul style="list-style-type: none"> - Examinar a relação entre o número de trabalhos (conforme os dispositivos legais que regem o Mestrado Profissional) concluídos e o número de alunos matriculados no período. - Examinar a relação entre o número de trabalhos (conforme os dispositivos legais que regem o Mestrado Profissional) concluídos e o número de docentes do programa.
3.2. Qualidade dos trabalhos de conclusão produzidos por discentes e egressos.	40%	<ul style="list-style-type: none"> - Examinar as publicações em revistas, livros e outros meios de divulgação científica ou técnica. - Examinar a produção técnica, que não foi objeto de publicação, dos alunos e egressos.
3.3. Aplicabilidade dos trabalhos produzidos.	30%	<ul style="list-style-type: none"> - Examinar a aplicabilidade do trabalho de Mestrado desenvolvido junto a setores não acadêmicos, órgãos públicos/privados, etc

Ministério da Educação

Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior

Diretoria de Avaliação

29.arqu@capes.gov.br

4 – Produção Intelectual	30%	
4.1. Publicações qualificadas do Programa por docente permanente.	30%	- Examinar o número total de publicações do programa no quadriênio.
4.2. Produção artística, técnica, patentes, inovações e outras produções consideradas relevantes.	30%	<p>- Examinar o número total da produção técnica, patentes e outras produções consideradas relevantes, tais como, entre outras:</p> <p>- Publicações técnicas para organismos internacionais, nacionais, estaduais ou municipais (livros). Artigos publicados em periódicos técnicos. Participação em comitês técnicos: internacionais, nacionais, estaduais ou municipais. Editoria de periódicos técnicos: editor científico, associado ou revisor. Elaboração de protocolos, normas ou programas. Consultoria ou assessoria técnica. Produtos técnicos. Protótipos. Patentes. Cursos de aperfeiçoamento, capacitação ou especialização para profissionais da Área.</p>
4.3. Distribuição da produção científica e técnica ou artística em relação ao corpo docente permanente do programa.	30%	- Examinar a distribuição da publicação qualificada e da produção técnica entre os docentes permanentes do programa.
4.4. Articulação da produção artística, técnica e científica entre si e com a proposta do programa.	10%	- Examinar a articulação entre a produção artística, técnica e a publicação científica qualificada do programa.
5 – Inserção Social	20%	

Ministério da Educação

Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior

Diretoria de Avaliação

29.arqu@capes.gov.br

<p>5.1. Impacto do Programa.</p>	<p>30%</p>	<ul style="list-style-type: none"> - Examinar se a formação de recursos humanos qualificados para a sociedade busca atender aos objetivos definidos para a modalidade Mestrado Profissional, contribuindo para o desenvolvimento dos discentes envolvidos no projeto, das organizações públicas ou privadas do Brasil. - Examinar se o Mestrado Profissional atende obrigatoriamente a uma ou mais dimensões de impacto (tais como dimensão: social, educacional, sanitário, tecnológico, econômico, ambiental, cultural, artístico, legal etc.), nos níveis local, regional ou nacional. <p>a) Impacto social: formação de recursos humanos qualificados para a Administração Pública ou a sociedade que possam contribuir para o aprimoramento da gestão pública e a redução da dívida social, ou para a formação de um público que faça uso dos recursos da ciência e do conhecimento no melhoramento das condições de vida da população e na resolução dos mais importantes problemas sociais do Brasil.</p> <p>b) Impacto educacional: contribuição para a melhoria da educação básica e superior, o ensino técnico/profissional e para o desenvolvimento de propostas inovadoras de ensino.</p> <p>c) Impacto tecnológico: contribuição para o desenvolvimento local, regional e/ou nacional destacando os avanços gerados no setor empresarial; disseminação de técnicas e de conhecimentos.</p> <p>d) Impacto econômico: contribuição para maior eficiência nas organizações públicas ou privadas, tanto de forma direta como indireta.</p> <p>e) Impacto sanitário: contribuição para a formação de recursos humanos qualificados para a gestão sanitária bem como na formulação de políticas específicas da Área da Saúde.</p> <p>f) Impacto cultural: contribuição para a formação de recursos humanos qualificados para o desenvolvimento cultural, formulando políticas culturais e ampliando o acesso à cultura e ao conhecimento.</p> <p>g) Impacto artístico: contribuição para a formação de recursos humanos qualificados para o desenvolvimento artístico, formulando propostas e produtos inovadores.</p>
----------------------------------	------------	--

Ministério da Educação

Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior

Diretoria de Avaliação

29.arqu@capes.gov.br

		<p>h) Impacto profissional: contribuição para a formação de profissionais que possam introduzir mudanças na forma como vem sendo exercida a profissão, com avanços reconhecidos pela categoria profissional.</p> <p>i) Impacto legal: contribuição para a formação de profissionais que possam aprimorar procedimentos e a normatização na área jurídica, em particular entre os operadores do Direito, com resultados aplicáveis na prática forense.</p> <p>j) Outros impactos considerados pertinentes pela Área: Poderão ser incluídas outras dimensões de impacto consideradas relevantes e pertinentes, respeitando suas especificidades e dinamismos, e que não foram contempladas na lista acima.</p>
--	--	---

Ministério da Educação

Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior

Diretoria de Avaliação

29.arqu@capes.gov.br

5.2. Integração e cooperação com outros Cursos/Programas com vistas ao desenvolvimento da pós-graduação.	25%	- Examinar a participação em programas de cooperação e intercâmbio sistemáticos com outros na mesma área, dentro da modalidade de Mestrado Profissional; a participação em projetos de cooperação entre cursos/Programas com níveis de consolidação diferentes, voltados para a inovação, na pesquisa, o desenvolvimento da pós-graduação ou o desenvolvimento econômico, tecnológico e/ou social, particularmente em locais com menor capacitação científica ou tecnológica.
5.3. Integração e cooperação com organizações e/ou instituições setoriais relacionados à área de conhecimento do Programa, com vistas ao desenvolvimento de novas soluções, práticas, produtos ou serviços nos ambientes profissional e/ou acadêmico.	25%	- Examinar a participação em convênios ou programas de cooperação com organizações/instituições setoriais, voltados para a inovação na pesquisa, o avanço da pós-graduação ou o desenvolvimento tecnológico, econômico e/ou social no respectivo setor ou região; a abrangência e quantidade de organizações/instituições a que estão vinculados os alunos; a introdução de novos produtos ou serviços (educacionais, tecnológicos, diagnósticos etc.), no âmbito do Programa, que contribuam para o desenvolvimento local, regional ou nacional.
5.4. Divulgação e transparência das atividades e da atuação do Programa.	20%	- Examinar a divulgação atualizada e sistemática do Programa, a qual poderá ser realizada de diversas formas, com ênfase na manutenção de página na internet. Entre outros itens, será importante a descrição pública de objetivos, estrutura curricular, critérios de seleção de alunos, corpo docente, produção técnica, científica ou artística dos docentes e alunos, financiamentos recebidos da Capes e de outras agências públicas e entidades privadas, parcerias institucionais, difusão do conhecimento relevante e de boas práticas profissionais, entre outros. A procura de candidatos pelo programa pode ser considerada desde que relativizada pelas especificidades regionais e de campo de atuação. - Examinar a divulgação dos trabalhos finais, resguardadas as situações em que o sigilo deve ser preservado (Art. 2º da Portaria CAPES nº 13/2006).

Ministério da Educação

Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior

Diretoria de Avaliação

29.arqu@capes.gov.br

IV. CONSIDERAÇÕES E DEFINIÇÕES SOBRE INTERNACIONALIZAÇÃO/INSERÇÃO INTERNACIONAL

As notas 6 e 7 são reservadas para os programas classificados como nota 5 na primeira etapa da avaliação quadrienal e que atendam necessária e obrigatoriamente às seguintes condições: i) apresentem desempenho equivalente ao dos centros internacionais de excelência na área; ii) tenham um nível de desempenho diferenciado em relação aos demais programas da área; iii) alto grau de inserção social e impactos nacionais.

Para ser candidato à nota 6 o programa deverá obter conceito “Muito Bom” em 4 quesitos, entre os quais, necessariamente, os Quesitos II (Corpo Docente), III (Corpo Discente, Teses e Dissertações) e IV (Produção Intelectual). Além disso, deverá obter pelo menos “Bom” no conceito do único quesito em que o programa não alcançou “Muito Bom”. Para ser candidato à nota 7, o Programa deverá obter o conceito “Muito Bom” em todos os quesitos e demonstrar forte ação de referência nacional e de inserção internacional.

As notas 6 e 7 serão reservadas exclusivamente para os programas com doutorado que obtiveram nota final 5 e conceitos MB em todos os quesitos da ficha de avaliação e que atendam, necessariamente, às seguintes condições:

- Desempenho equivalente ao dos centros internacionais de excelência na área;
- Nível de desempenho diferenciado em relação aos demais programas da área;
- Solidariedade;
- Nucleação
- Nota 6: predomínio de conceito MB nos itens de todos os quesitos da ficha de avaliação, mesmo com eventual conceito B em alguns itens.
- Nota 7: Conceito MB em todos os itens de todos os quesitos da ficha de avaliação

Nessas condições, os programas classificados com as notas 6 e 7 são aqueles que revelam alto grau de inserção social, impacto nacional e inserção internacional.

Por inserção internacional compreende-se um conjunto de atributos que qualificam programas de pós-graduação como de contribuição nacional e equivalentes a programas similares, de impacto internacional, existentes no exterior, como convênios e redes de pesquisas internacionais, publicações em periódicos ou livros estrangeiros, entre outros.

Ministério da Educação

Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior

Diretoria de Avaliação

29.arqu@capes.gov.br

Detalhamento dos Critérios

Para aspirar a nota 6 ou 7, os programas devem demonstrar seu alto grau de internacionalização, nucleação e solidariedade por meio dos indicadores abaixo elencados. Portanto, os programas devem apresentar nível de qualificação, de produção e de desempenho similares aos dos centros internacionais de excelência, impacto nacional no cenário da pós-graduação da Área e ações relevantes de inserção social, considerando também ações voltadas questões de interdisciplinaridade e ao Ensino Básico.

1. Internacionalização

- Produção intelectual de âmbito internacional (conforme modalidades classificadas na ficha de avaliação) com distribuição homogênea em periódicos nos estratos A1 e A2;
- Participação de docentes em eventos científicos de caráter internacional
- Participação de docentes em programas de IES estrangeiras, seja como visitantes ou estágio pós-doutoral.
- Participação de professores visitantes estrangeiros recebidos pelo programa no quadriênio
- Intercâmbio de alunos do programa com IES estrangeiras com apoio das agências de fomento nacionais ou internacionais.
- Inserção de alunos de origem estrangeira no Programa.
- Intercâmbios e parcerias Institucionais com IES estrangeiras com ações em ensino ou pesquisa.
- Participação em projetos de pesquisa envolvendo convênios, redes de pesquisa ou programas de pós-graduação no âmbito internacional.
- Participação em comitês editoriais de periódicos de circulação internacional.
- Participação em associação científicas internacionais Aporte de recursos internacionais

2. Nucleação

- Formação de recursos humanos para o ensino e pesquisa, fora da sede do Programa.
- Egressos que participaram da proposição e instalação de novos programas.

3. Solidariedade

- Cooperação sistemática com programas de pós-graduação em consolidação ou com outras IES sem programas de pós-graduação (Minter, Dinter, Casadinho, Procad, Associações Temporárias ou outras modalidades)

Ministério da Educação

Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior

Diretoria de Avaliação

29.arqu@capes.gov.br

- Ações para estruturação de novos cursos (consultoria, assessoria, seminários, participação em grupos de pesquisa, atividades docentes dentre outras)
- Outros indicadores de relevância nacional
- Participação de docentes em comitês de áreas de agências fomentos nacional
- Participação de docentes em associações científicas nacionais
- Atuação relevante em segmentos público e/ou privado.
- Participação de docentes em cargos relevantes em organizações governamentais ou não- governamentais.
- Obtenção de recursos por meio de editais de fomento à pesquisa e desenvolvimento ou convênios com setores produtivos e da administração pública.
- Qualificação da produção intelectual discente (conforme modalidades classificadas na ficha de avaliação)
- Inserção de alunos de diferentes regiões do país.

V. OUTRAS CONSIDERAÇÕES DA ÁREA DE AVALIAÇÃO

Em razão das múltiplas implicações deste documento no cotidiano dos programas da Área, e considerando também que o próximo quadriênio terá um conjunto de indicadores distintos dos que hoje se encontram consagrados pela Área, esta Coordenação decidiu usar como referência o texto usado em 2013 para caracterização dos itens de interesse para avaliação dos programas neste certame, uma vez que por quatro anos os programas usaram como referência o conjunto de indicadores constantes naquele documento.

Esta decisão considera, também, a mudança de critérios para povoamento dos estratos do Qualis Periódicos da Área, que promoverá significativas mudanças nos patamares de desempenho dos programas no quesito publicação em periódicos qualificados. Assim, em nome da prudência e do zelo, esta Coordenação decidiu por valer-se da avaliação quadrienal para qualificar o comportamento de cada um dos quesitos que compõem a ficha de avaliação e as suas repercussões no conjunto de programas da Área

Ministério da Educação

Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior

Diretoria de Avaliação

29.arqu@capes.gov.br